

Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P.

Declaração de rectificação n.º 2672/2010

Por ter saído com inexactidão o despacho n.º 18693/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 242, de 16 de Dezembro de 2010, rectifica-se que onde se lê:

«O cargo em apreço é equivalente ao de direcção intermédia de 2.º grau, sendo aplicável à nomeada a remuneração e demais regalias em vigor na ERSAR para os titulares de cargos equivalentes.»

deve ler-se:

«O cargo em apreço é equivalente ao de direcção intermédia de 2.º grau, sendo aplicável o estatuto remuneratório dos titulares dos cargos dirigentes da Administração Pública.»

21 de Dezembro de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo,
Jaime Melo Baptista.

204102093

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Secretário de Estado do Emprego
e da Formação Profissional

Despacho n.º 19368/2010

1 — No uso dos poderes que me foram conferidos pela alínea *a*) do n.º 2.1 do despacho n.º 262/2010, de 23 de Dezembro de 2009,

Nome	Carreira e categoria	Posição e nível remuneratório	Data de início	Actividade
Rute Isabel Lima Batista	Técnica superior	3.ª Posição, nível 19	01/10/2010	Assessoria de Direcção
Otilia Maria Rolo Longo	Assistente técnica	3.ª Posição, nível 8	1/11/2010	NRHDO

Lisboa, 21 de Dezembro de 2010. — O Presidente, *Luis Manuel Antunes Capucha.*

204103487

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria-Geral

Aviso n.º 27771/2010

Procedimento concursal comum para o preenchimento de dois postos de trabalho de técnico superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde

1) Ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º e nos termos do artigo 50.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por despacho de 23 de Dezembro de 2010, do Secretário-Geral do Ministério da Saúde, se encontra aberto procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, para ocupação de um posto de trabalho de técnico superior, da Direcção de Serviços de Gestão de Recursos, e um posto de trabalho, da Direcção de Serviços de Informação e Documentação do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde.

2) Para os efeitos do disposto n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, declara-se não estarem constituídas reservas no próprio serviço, não tendo sido efectuada a consulta prévia à ECCRC, face à dispensa temporária da obrigatoriedade de consulta, até à publicação de procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento.

3) Legislação aplicável — Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e Código do Procedimento Administrativo.

4) N.º de postos de trabalho a ocupar — 2 (dois).

publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 6 de Janeiro de 2010, e ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 e nos n.ºs 3 e 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 213/2007, de 29 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 157/2009, de 10 de Julho, nomeio como representante do Ministério da Educação (ME) no conselho de administração do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., o Prof. Doutor Carlos Pinto Ferreira.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia seguinte ao da sua assinatura.

20 de Dezembro de 2010. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Valter Victorino Lemos.*

204099965

MINISTÉRIOS DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA EDUCAÇÃO

Agência Nacional para a Qualificação, I. P.

Aviso n.º 27770/2010

Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado

Em conformidade com o estipulado na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da lei n.º 12A/2008 de 27 de Fevereiro, torna-se público que na sequência do procedimento concursal comum esta agência, após negociação do posicionamento remuneratório, celebrou os seguintes Contratos de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado com as seguintes trabalhadoras:

5) Caracterização dos postos de trabalho:

Ref. A) 1 postos de trabalho de técnico superior jurista

Caracterização sumária do posto de trabalho — Funções consultivas, de estudo e de avaliação, de carácter jurídico, que fundamentam e preparam a decisão dos gabinetes dos membros do Governo e do Secretário-Geral; Elaboração de pareceres jurídicos; Elaboração de todos os actos processuais exigíveis no âmbito do Sistema de Informação dos Imóveis do Estado a propósito do Regime Jurídico do Património Imobiliário Público; Assegurar as funções da Unidade de Gestão Patrimonial da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde

Ref. B) 1 posto de trabalho de técnico superior de ciências sociais e humanas

Caracterização sumária do posto de trabalho — Funções de recolha, tratamento e difusão de informação de carácter geral ou específico, com interesse para o Ministério da Saúde, para os funcionários da Secretaria-Geral e para os cidadãos; Produção de conteúdos para o Portal da Saúde, site da Secretaria-Geral e sites dos demais órgãos, serviços e organismos aos quais a SG presta apoio neste âmbito; Atendimento electrónico aos cidadãos; Manutenção, suporte aos utilizadores a apoio aos clientes dos sistemas de informação integrados no Portal da Saúde; Dinamização e suporte ao projecto dos Microsites das USF.

6) Âmbito do recrutamento — Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, o recrutamento faz-se de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.

7) Modalidade de relação jurídica de emprego a constituir — Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado.

8) Local de Trabalho — O local de trabalho situa-se na Secretaria-Geral do Ministério da Saúde, na Av. João Crisóstomo, n.º 14, 1000-179 Lisboa.